

RECRUSUL S/A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015.

(em milhares de reais)

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia e suas controladas têm por objeto social o desenvolvimento e execução de projetos de engenharia; projeto, desenvolvimento, fabricação, montagem, assistência técnica e comércio, no mercado nacional, exportação e importação e todas as formas, de componentes e equipamentos para refrigeração, transporte, armazenagem, tratamento e condicionamento de ar; representação de outras sociedades nacionais e estrangeiras e participação no capital de outras sociedades.

Operação de Alienação Imobiliária: A Companhia está finalizando processo de alienação imobiliária do ativo industrial localizado na cidade de Sapucaia do Sul – RS. Foi protocolada na primeira semana de outubro de 2015 junto à 1ª Vara Cível da Comarca de Sapucaia do Sul Petição acompanhada do Termo de Acordo em conjunto com o Sindicato dos Trabalhadores relacionando todos os credores trabalhistas e quirografários e seus respectivos créditos a serem pagos posteriormente ao processo de homologação da venda do respectivo ativo imobiliário. A partir deste instante, estamos aguardando a definição sobre a referida homologação no que tange as partes envolvidas neste procedimento.

Aspectos Operacionais: Mesmo com o cenário econômico bastante adverso, a Companhia está trabalhando no objetivo de reativar sua linha de produção de implementos rodoviários. Durante o 3T e 4T2015 foi produzido produtos em uma escala reduzida e nosso objetivo é manter a fábrica em funcionamento aguardando a homologação da venda do ativo imobiliário para a retomada completa das operações.

Cabe referendar que a Companhia, após a alienação, continuará no mesmo parque fabril alugando parcialmente suas instalações.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas e padrões internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB- *International Accounting Standards Board* e IFRS- *International*

Financial Reporting Standards e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 12.996/14, e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

NOTA 03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

3.1 Bases de Preparação e Consolidação

No balanço patrimonial individual, as participações são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

3.2 Estimativas Contábeis

As demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 denominadas de “Controladora” e “Consolidado” foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios da Recrusul S/A e suas Controladas, com base na operação envolvendo a alienação do ativo imobiliário referente ao parque industrial da Companhia localizado na cidade de Sapucaia do Sul – RS, para buscar o equacionamento da estrutura patrimonial envolvendo passivos de curto e longo prazo bem como alternativas para capital de giro.

As demonstrações contábeis da empresa incluem certas estimativas referentes às provisões de natureza trabalhista, provisão para contingências, provisão para devedores duvidosos, provisões operacionais e outras avaliações similares. Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

3.3 Moeda Funcional e de Apresentação das Demonstrações Contábeis

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o real. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio

das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados.

3.4 Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, que podem ser conversíveis em um montante conhecido de caixa.

3.5 Clientes

As contas a receber de clientes estão demonstradas pelo seu valor líquido de realização, inclusive no que tange aos créditos incobráveis que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício como perdas. A Administração da Companhia considera que os prazos concedidos na liquidação das contas a receber são inerentes as condições comerciais normalmente contratadas no mercado de atuação, não havendo característica de atividade de financiamento.

3.6 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de realização ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados e não superam os preços de mercado ou custo de reposição.

3.7 Impostos a Recuperar

Os impostos a recuperar são demonstrados com base nos créditos oriundos de operações de entradas e saídas de mercadorias, decorrentes da não-cumulatividade destes e retenções na fonte.

Devido ao tempo transcorrido da origem destes créditos, foi constituída uma provisão para perdas reconhecida devidamente no resultado do exercício.

3.8 Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

3.9 Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial na controladora. Os demais investimentos são avaliados pelo seu valor justo.

3.10 Imobilizado

De acordo com a Deliberação CVM nº 583/09, a Companhia estabeleceu adotar o critério do custo atribuído de aquisição ou construção para tratamento contábil de seus ativos imobilizados. A Companhia deverá efetuar periodicamente a análise de seus valores recuperáveis, ajustando os critérios que determinam a vida útil estimada e o respectivo cálculo de depreciação.

3.11 Intangível

Os valores relativos a desenvolvimento de projetos que são diretamente ligados a produção de nossos produtos e, softwares foram classificados como ativos intangíveis, conforme Deliberação CVM nº 644/10.

3.12 Passivo Circulante e Não Circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

A administração da empresa considera que os prazos concedidos na liquidação das contas a pagar são inerentes as condições comerciais normalmente contratadas no mercado de atuação, não havendo característica de atividade de financiamento.

3.12.1 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.12.2 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança.

3.13 Ajuste a Valor Presente dos Ativos e Passivos

Quando aplicável, os ativos e passivos de longo prazo são ajustados ao seu valor presente e os de curto prazo, quando seu efeito é considerado relevante em relação ao conjunto das demonstrações contábeis. A Companhia efetuou os cálculos levando em consideração os fluxos de caixa específicos de cada ativo ou passivo em consonância com Deliberação CVM nº 564/08.

3.14 Estimativas dos Ativos e Passivos Contingentes

Em atendimento as práticas contábeis adotadas no Brasil a Administração da Companhia, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procedeu à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de Ativos e Passivos considerados contingentes que possam afetar significativamente as demonstrações contábeis. Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor diferente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

3.15 Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

O encargo de imposto de renda e contribuição social é calculado com base nas alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no encerramento de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos das demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, e também sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa, os quais foram reconhecidos com base em provável lucro tributável futuro.

3.16 Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação de receitas, custos e/ou despesas correspondentes.

3.17 Reconhecimento das Receitas de Vendas

A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções, sendo que é reconhecida: (a) quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

3.18 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

As políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis pela Administração da Companhia, são: (a) os créditos de liquidação duvidosa, inicialmente provisionada e posteriormente lançada para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação; (b) vida útil, "Impairment" e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; (c) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de perda.

3.19 Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações

contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM nº 557/08 da Comissão de Valores Mobiliários, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas, enquanto para a IFRS representam informação contábil adicional.

NOTA 04 – CLIENTES

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014
Clientes Nacionais	2.990	2.996	3.128	3.134
(-)Prov.Créditos Liquid. Duvidosas	(2.990)	(2.114)	(3.128)	(2.252)
Total Líquido a Receber	-	882	-	882

NOTA 05 – ESTOQUES

Descrição	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014
Produtos Prontos	143	133	143	133
Produtos em Processo	186	636	186	636
Matéria-Prima	309	440	309	440
Total Líquido a Receber	837	1.209	837	1.209

NOTA 06 - IMPOSTOS A RECUPERAR

Descrição	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	31 de Dezembro de 2015		31 de Dezembro de 2014		31 de Dezembro de 2015		31 de Dezembro de 2014	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
IR e CSLL Diferido	-	-	-	-	-	-	-	-
PIS Processo a Recuperar	-	-	-	-	-	-	-	-
IPI Processo a Recuperar	-	1.815	-	1.815	-	1.815	-	1.815
IPI a Compensar	708	-	723	-	708	-	723	-
IR a Recuperar	-	-	-	-	192	-	192	-
ICMS a Recuperar	11	-	10	-	11	-	10	-
Outros Imp.a Recuperar	2	-	-	-	110	-	108	-
(-) Provisão p/ perdas	(701)	(1.815)	(733)	(1.815)	(1.001)	(1.815)	(1.033)	(1.815)
Total	20	-	-	-	20	-	-	-

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

A seguir apresentamos a movimentação dos tributos diferidos sobre diferenças temporárias:

O registro contábil efetuado foi lastreado na projeção de resultados tributáveis futuros, os quais estavam fundamentados em estudo técnico aprovado pelo Conselho de Administração. O Plano, extensamente detalhado, encontra-se disponível no site da Comissão de Valores Mobiliários, BMF & Bovespa e no próprio site da Recrusul, e previa incremento das quantidades faturadas, incremento da produtividade fabril através da melhoria dos processos produtivos e redução dos custos fixos e conseqüente geração de resultados positivos para os próximos anos.

Devido à atual conjuntura e aos resultados apresentados pela Companhia, optou-se por ajustar o valor dos créditos tributários.

PIS A RECUPERAR

Processo de crédito de PIS reconhecido judicialmente, no qual, foi deferida a compensação com outros tributos federais. Em execução de sentença contra a Fazenda Pública, a mesma reconheceu que o interessado, Recrusul, fez jus ao crédito pleiteado e anui aos cálculos dos valores apresentados. Em abril de 2014, houve compensação de parte deste crédito, com débitos do parcelamento da Lei 11.941/09. O saldo no valor de R\$ 1.168 foi penhorado judicialmente.

IPI PROCESSO

Processo administrativo tributário 11065.002534/2002-11 e ação ordinária n. 1999.71.000.08872-9 em decorrência de classificação fiscal do produto carrocerias, no qual pleiteamos a restituição de IPI e/ou compensação. Em decorrência de decisão desfavorável, foi provisionada a perda neste processo.

NOTA 07 - TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Descrição	Grupo	Recrusul S/A	Refrima S/A	Refrisa S/A	Recrusul Turismo	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014
Créditos em Controladas	Ativo Não Circulante	-	-	-	-	-	7.901
(-) Provisão para Perdas	Ativo Não Circulante	-	-	-	-	-	(7.901)
Débitos de Controladas	Passivo Não Circulante	-	-	-	-	-	7.901
(-) Provisão para Perdas	Passivo Não Circulante	-	-	-	-	-	(7.901)

NOTA 08 - INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

Descrição	Refrima S/A	Refrisa S/A	Recrusul Turismo	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014
Capital Social	6.000	19.611	352	25.963	25.963
Patrimônio Líquido	(7.719)	(8.603)	(38)	(16.360)	(14.370)
% de Participação No Capital Votante	98,06	70,83	95	-	-
% de Participação No Capital Total	98,06	70,83	95	-	-
Lucro (Prejuízo) do Exercício	(595)	(1.395)	-	(1.990)	15.819
Saldo Inicial em 31/12/2014	-	-	-	-	816
Equivalência Patrimonial	(583)	(987)	-	(1.570)	-
Baixa Investimentos	-	-	-	-	(816)
Saldo Final em 31/12/2015	-	-	-	-	-
Saldo de Outros Investimentos				147	147
Saldo Total de Investimentos				147	147

NOTA 09 – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Controladora						
Descrição	31 de Dezembro de 2014	Aquisições	Baixas	Transfêrencias	Depreciações	31 de Dezembro de 2015
Imóveis	23.188	-	-	-	-	23.188
Máquinas e Equipamentos	3.143	-	(3)	(4)	(317)	2.819
(-)Provisão perdas Maquinas	(942)	-	-	-	-	(942)
Veículos	1	-	-	-	(1)	-
Móveis e Utensílios	2	-	-	-	-	2
Processamento de Dados	5	-	-	4	(4)	5
Instalações/Ferramentas	196	-	-	-	(31)	165
Imobilizado em Andamento	383	-	-	-	-	383
TOTAL sem Intangível	25.976	-	(3)	-	(353)	25.620
Intangível	2	-	-	4	(4)	2
TOTAL com Intangível	25.978	-	(3)	4	(357)	25.622

Consolidado						
Descrição	31 de Dezembro de 2014	Aquisições	Baixas	Transfêrências	Depreciações	31 de Dezembro de 2015
Imóveis	28.571	-	-	-	-	28.571
Máquinas e Equipamentos	3.143	-	(3)	(4)	(317)	2.819
(-)Provisão perdas Maquinas	(942)	-	-	-	-	(942)
Veículos	1	-	-	-	(1)	-
Móveis e Utensílios	2	-	-	-	-	2
Processamento de Dados	5	-	-	4	(4)	5
Instalações/Ferramentas	196	-	-	-	(31)	165
Imobilizado em Andamento	383	-	-	-	-	383
TOTAL sem Intangível	31.359	-	(3)	-	(353)	31.003
Intangível	2	-	-	4	(4)	2
TOTAL com Intangível	31.361	-	(3)	4	(357)	31.005

9.1) Despesas com Depreciação

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014
Custo de Produção	321	384	321	384
Despesas Administrativas	36	95	36	95
Despesas com Vendas	-	2	-	2
Total	357	481	357	481

As taxas de depreciação que estão sendo praticadas pela Companhia, são de 10% para os grupos de Máquinas e equipamentos, Móveis e Utensílios, Instalações/Ferramentas e de 20% para os grupos de intangíveis, veículos e Processamento de Dados.

9.2) Recuperabilidade de ativos

Com a alienação do parque fabril, para liquidação de passivos, por um valor abaixo do contabilizado podemos vir a reconhecer prejuízos à serem apurados.

NOTA 10 – FORNECEDORES

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014
Fornecedores	5.703	5.968	5.730	5.993
(-) AVP - Fornecedores	(1)	(3)	(1)	(1)
Total	5.702	5.965	5.729	5.992

Conforme a Deliberação CVM nº 564/08, a Companhia efetuou a aplicação da mudança de prática contábil em sua conta de fornecedores, arbitrando taxas médias de CDI + 0, 5% a.m relativas às compras efetuadas no período que contenham juros implícitos em sua negociação. A taxa mensal arbitrada calculada foi de 1,28% a.m, aplicada sob as movimentações ocorridas do período, e resultando um saldo de AVP de fornecedores de R\$ 1mil.

NOTA 11 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO		Taxa a.m%
	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014	
Antecipação Recebíveis Finame	330	330	330	330	a)
Empréstimos Bancários	15.832	13.993	15.832	13.993	b)
Fomento Mercantil	-	-	-	-	3,45%
TOTAL	16.162	14.323	16.162	14.323	
Total Circulante	12.806	11.869	12.806	11.869	
Total Não Circulante	3.356	2.454	3.356	2.454	

a) A taxa média é de CDI + 0,8% a.m a CDI + 1,2% a.m

b) A taxa média é de CDI + 0,8% a.m

NOTA 12 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

a) Impostos no Circulante

Descrição	Impostos, Taxas e Contribuições			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014
Obrigações Fiscais Federais	6.300	4.888	7.096	5.673
Obrigações Fiscais Estaduais	9.376	8.890	13.379	12.478
Obrigações Fiscais Municipais	2.512	2.319	2.514	2.321
TOTAL IMPOSTOS	18.188	16.097	22.989	20.472

b) Provisão para IR e CS sobre Adoção das IFRS

Referem-se à provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social gerada pela Adoção do Pronunciamento Técnico CPC nº 27 sobre a avaliação de ativos, que se constituirá como passivo oneroso para Companhia, caso seja alienado futuramente. Este passivo sofrerá redução proporcionalmente quando da realização da depreciação dos itens avaliados.

NOTA 13 – CREDORES PLANO DE PARCELAMENTO (Circulante e Não Circulante)

O Plano de Recuperação Judicial da Recrusul S.A. (processo n.º 035/1.06.0000410-0) foi deferido em 25 de janeiro de 2006 e, em 13 de dezembro de 2006, foi homologado pelo Juiz. Além da controladora, as controladas Refrisa S/A e Refrima S/A também aderiram à Recuperação Judicial.

Conforme Fato Relevante divulgado pela Companhia em 26 de dezembro de 2008, o Exmo. Senhor Juiz da Comarca de Sapucaia do Sul no dia 22 de dezembro de 2008 proferiu sentença de encerramento da Recuperação Judicial da Recrusul. A íntegra da sentença encontra-se disponível em nossa página na internet, bem como na Comissão de Valores Mobiliários – CVM e BMF & Bovespa.

Os compromissos com os Credores Plano de Parcelamento totalizam em 31 de dezembro de 2015 R\$18.673 mil na controladora, atualizado com juros de 6% a.a, sem correção monetária.

Posição dos Saldos Credores Plano de Parcelamento – CONTROLADORA						
31 de Dezembro de 2015				31 de Dezembro de 2014		
Descrição	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Trabalhistas	-	4.871	4.871	-	4.871	4.871
Inst. Financeiras	2.825	1.091	3.916	2.201	986	3.187
Quirografários	6.716	3.170	9.886	7.177	3.038	10.215
(-) Ajuste Vlr. Presente	-	(0)	(0)	-	(138)	(138)
TOTAL	9.541	9.132	18.673	9.378	8.757	18.135

Posição dos Saldos Credores Plano de Parcelamento – CONSOLIDADO						
31 de Dezembro de 2015				31 de Dezembro de 2014		
Descrição	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Trabalhistas	186	5.247	5.433	186	5.247	5.433
Inst. Financeiras	2.826	1.091	3.917	2.201	986	3.187
Quirografários	7.259	4.508	11.768	7.720	4.259	11.979
(-) Ajuste Vlr. Presente	-	(174)	(174)	-	(220)	(220)
TOTAL	10.271	10.672	20.944	10.107	10.272	20.379

NOTA 14 - PARCELAMENTO LEI 11.941

Em 25 de agosto de 2014, devido ao fato de a Companhia ter feito a adesão ao Programa de Parcelamento Especial, com base na Lei n° 12.996, de 18 de junho de 2014, os débitos decorrentes do Parcelamento com base na Lei 11.941/09 foram transferidos para este novo parcelamento.

NOTA 15 - PARCELAMENTO LEI 12.996

PARCELAMENTO LEI 12.996/14	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014
Passivos Tributários Objeto da Lei 12.996	63.510	63.510	107.089	107.089
Reduções Previstas na Lei 12.996 (180 meses)	(15.896)	(15.896)	(31.625)	(31.625)
Total da Dívida com Redução	47.614	47.614	75.464	75.464
Multas e juros c/ possibilidade de pagamento com utilização do prejuízo fiscal	(19.737)	(19.737)	(35.841)	(35.841)
Atualização Selic pós Consolidação	4.847	1.024	6.238	1.280
Pagamentos Lei 12.996/14	(96)	(96)	(122)	(122)
Valor da dívida a parcelar após a utilização do prejuízo fiscal	32.628	28.805	45.739	40.781
Valor da Dívida CIRCULANTE	9.739	7.006	12.794	9.359
Valor da Dívida NÃO CIRCULANTE	22.889	21.799	32.945	31.422
Valor Prestação mensal (180 meses)	129	-	161	-

Em 25 de agosto de 2014, a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento Especial, com base na Lei nº 12.996, de 18 de junho de 2014, formalizada a opção pelo parcelamento em 180 meses de débitos tributários federais anteriores a novembro de 2013.

NOTA 16 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO**16.1 Capital Social e Direito das Ações**

O capital social autorizado, conforme Estatuto Social é de R\$ 72.000 mil, representado por 1.042 mil ações ordinárias e 2.068 mil ações preferenciais, totalizando 3.110 mil ações sem valor nominal.

16.2 Efeito Decorrente de Investimentos em Controladas

Corresponde ao reconhecimento do resultado no exercício do efeito de ajustamento de investimento em controlada.

NOTA 17 - CONTRATOS DE SEGUROS

Atualmente a Companhia não possui contratos de seguros vigentes.

NOTA 18 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E DERIVATIVOS

A Companhia não atua no mercado de derivativos financeiros, bem como não possui instrumentos financeiros que não estejam reconhecidos em seu balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015.

NOTA 19 - RECEITAS E DESPESAS POR NATUREZA

		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
Tipo	Descrição	2015	2014	2015	2014
Custo	Remuneração Direta	(3)	(224)	(3)	(224)
Custo	Matérias-primas e Materiais de Consumo	(385)	(1.225)	(385)	(1.225)
Custo	Gastos Gerais de Fabricação	(1)	(159)	(1)	(159)
Custo	Custos com Depreciação	-	(31)	-	(31)
	Custo Total de Produção	(389)	(1.639)	(389)	(1.639)
Despesa	Comissões	(41)	(77)	(41)	(77)
Despesa	Assistência Técnica	-	(90)	-	(90)
Despesa	Marketing, Viagens e Outras Despesas	-	(5)	-	(5)
	Total das Despesas de Vendas	(41)	(2.285)	(41)	(2.293)
Despesa	Remuneração Direta	(172)	(819)	(172)	(819)
Despesa	Remuneração dos Administradores	(17)	(748)	(17)	(748)
Despesa	Encargos de Depreciação/Amortização	(24)	(95)	(24)	(95)
Despesa	Despesas com Benefícios/FGTS	(99)	(411)	(99)	(413)
Despesa	Outras Despesas	(704)	(689)	(704)	(689)
	Total das Despesas Administrativas	(1.016)	(2.762)	(1.016)	(2.764)
Receita	Deságios Impostos de Intimação Lei 12.996	-	15.896	-	31.625
Receita	Outras Receitas Operacionais	118	1.400	118	1.400
	Total Outras Receitas Operacionais	118	17.296	118	33.025
Despesa	Despesas com Atualizações	-	(570)	-	(570)
Despesa	Correções/Mutuos	(523)	-	(523)	-
Despesa	Outras Despesas Operacionais	(1.071)	(10.682)	(1.071)	(20.294)
Despesa	Encargos legais Lei 12.996/14	-	(4.389)	-	(4.389)
Despesa	Provisões Despesa Cred. Coligadas	-	(12.896)	-	(12.896)
Despesa	Negociações/Processos/Trabalhistas	(19)	(1.682)	(19)	(1.682)
Despesa	Ajustes de Estoque / Ociosidade	(2.970)	(11.190)	(2.970)	(11.190)
	Outras Despesas Operacionais	(4.582)	(41.409)	(4.582)	(51.021)
	Total Custos e Despesas	(5.910)	(30.799)	(5.910)	(24.692)

NOTA 20 – RESULTADO FINANCEIRO

		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
Tipo	Descrição	2015	2014	2015	2014
Receita	Juros e Encargos Recebidos	-	9	-	9
Receita	Variações Cambiais Ativas	-	-	5	-
	Total Receitas Financeiras	-	9	5	9
Despesa	Correção Plano de Recuperação Judicial	(665)	(613)	(2.253)	(613)
Despesa	Despesas Tributárias - Juros e Multas	(844)	(22.491)	(844)	(30.434)
Despesa	Correção Parcelamento Lei 11941/12.996	(3.841)	(1.635)	(3.841)	(1.635)
Despesa	Despesas com Juros de Capital de Giro	(4.649)	(4.215)	(4.649)	(4.215)
Despesa	Despesas Bancárias / IOF / Cobranças	(58)	(53)	(58)	(53)
Despesa	Despesas com AVP Fornecedores	(2)	(44)	(2)	(44)
Despesa	Outras Despesas Financeiras	(146)	(30)	(146)	(30)
	Total Despesas Financeiras	(10.205)	(29.081)	(11.793)	(37.024)
	Resultado Financeiro Líquido	(10.205)	(29.072)	(11.788)	(37.015)

NOTA 21 - CRITÉRIOS DE CONSOLIDAÇÃO

Conforme Nota Explicativa 08 foi eliminada, na consolidação, os saldos de ativos e passivos entre as empresas, os valores das transações comerciais e os resultados não realizados intercompanhias. A

participação dos acionistas minoritários encontra-se destacada nas demonstrações contábeis consolidadas. Os resultados não realizados nas operações estão demonstrados na Nota Explicativa 22.

NOTA 22– CONCILIAÇÃO DO EXERCÍCIO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO ENTRE A CONTROLADORA E CONSOLIDADO

Descrição	Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício		Patrimônio Líquido	
	2015	2014	2015	2014
Controladora	(17.093)	(42.714)	(98.801)	(81.760)
Lucros não Realizados na Venda de Imóveis	-	-	(2.680)	(2.680)
Prejuízos não Realizados	-	-	-	-
Ajustes IFRS	-	-	-	-
Participação dos Não Controladores	(13)	36	(165)	(152)
Absorção do Patrimônio Líquido Negativo de Controlada	-	(19)	(2.500)	(2.090)
Consolidado	(17.106)	(42.697)	(104.147)	(86.682)

NOTA 23 – LUCRO POR AÇÃO

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) aprovado pela Deliberação CVM nº 636 – Resultado por ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015.

a) Movimentação do número de ações:

Ações Emitidas	2015	2014
Ações Ordinárias	1.042	78.179
Ações Preferencias	2.068	155.124
Total Ações Emitidas	3.110	233.303

b) Resultado por ação:

Como a Companhia não possui ações potenciais diluídas, apresenta o mesmo valor de prejuízo básico e diluído por ação.

Controladora	2015	2014
Lucro (prejuízo) do exercício	(17.093)	(10.344)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação ordinária – R\$	(5,49614)	(0,04404)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação preferencial – R\$	(5,49614)	(0,04404)

NOTA 24 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A empresa atua na área metal-mecânica com produtos que abrangem soluções customizadas em Implementos Rodoviários. Desta forma, praticamente a integralidade das receitas no último exercício social constitui-se em um único segmento operacional, de forma que a Demonstração do Resultado do Exercício já está adequada aos princípios necessários determinados pela deliberação CVM nº 582/09.

NOTA 25 – CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em processos judiciais trabalhistas que na avaliação dos Consultores Jurídicos, baseada em experiências com naturezas semelhantes, apresentam riscos possíveis de perda em 31 de dezembro 2015 no montante de R\$ 4.871 mil (R\$ 4.871 mil em 31 de dezembro de 2014). Também é parte integrante em dois processos tributários com risco possível de perda na cobrança de IPI no montante de R\$ 11,2 milhões e R\$ 764 mil, no qual este já teve decisão favorável sobre o mesmo assunto.

NOTA 26 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Através da Reunião do Conselho de Administração da Companhia, na data de 07 de março de 2016, que teve finalização efetivamente no dia 04 de julho de 2016, a maior parte dos subscritores que solicitaram sobras e sobras das sobras subscreveram seus direitos.

Portanto será submetida à RCA a homologação do novo Capital Social que será de R\$ 124.498.150,50 (cento e vinte e quatro milhões, quatrocentos e noventa e oito mil, cento e cinquenta reais e cinquenta centavos) representado por 11.728.368 (onze milhões, setecentos e vinte e oito mil, trezentos e sessenta e oito) ações ordinárias e 23.270.399 (vinte e três milhões, duzentos e setenta mil, trezentos e noventa e nove) ações Preferenciais.

Foi homologada a proposta de compra do Ativo imobiliário da Companhia no valor de R\$ 14,5 milhões, e com essa operação a administração da Companhia irá avançar no processo de liquidação de Passivos aprovados na AGC datada do dia 07 de janeiro de 2016.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ricardo Mottin Jr. – Presidente

Bernardo Flores – Vice-Presidente e Diretor de Relações com os Investidores

Antonio Carlos de Godoy Buzanelli - Conselheiro

DIRETORIA

Ricardo Mottin Jr. - Diretor Presidente

Bernardo Flores - Diretor Vice-Presidente e Diretor de Relações com os Investidores

Davi Souza da Rosa - Contador CRC-RS 090886 - CPF 003.357.470-78